

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.506.060 - MG
(2019/0140943-1)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : REJANE APARECIDA GONÇALVES DE SOUZA
EMBARGANTE : BRAS ACABAMENTOS LTDA
ADVOGADO : VINÍCIUS LESSA COSTA - MG129450
EMBARGADO : TOYOTA DO BRASIL LTDA
ADVOGADO : MAURO PEDROSO GONÇALVES E OUTRO(S) - DF021278
EMBARGADO : AB COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA
ADVOGADOS : ROBERTA MACEDO DE SOUZA AGUIAR - MG083036
HÉLIO JOÃO PEPE DE MORAES - ES013619
LEONARDO BARROS CAMPOS RAMOS - ES020719

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por REJANE APARECIDA GONÇALVES DE SOUZA e BRÁS ACABAMENTOS LTDA. contra decisões singulares, desta relatoria, que conheceu do agravo e deu provimento ao recurso especial de TOYOTA DO BRASIL LTDA. para determinar o retorno dos autos para novo exame dos embargos declaratórios, devendo o Tribunal de origem deliberar sobre a omissão e contradição apontadas (e-STJ fls. 978/985), e, em consequência, julgou prejudicado o agravo em recurso especial de AB COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA (e-STJ fls. 974/977).

Aduzem, em síntese, que há omissões e contradições a serem sanadas, nos termos do artigo 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015, porquanto necessário o pronunciamento acerca de "[...] *teses apresentadas em sede de contrarrazões [...]*" (e-STJ fl. 990).

Impugnações às fls. 995/1.001 e 1.002/1.006 (e-STJ).

Os embargos foram opostos tempestivamente.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 9.3.2016 – Enunciado Administrativo n. 3 –, o regime do recurso será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para os presentes embargos de declaração.

Superior Tribunal de Justiça

Consoante o artigo 1.022 do estatuto processual civil de 2015, cabe a oposição de embargos de declaração para: (i) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; (ii) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e (iii) corrigir erro material.

A omissão, definida expressamente pela lei, ocorre na hipótese de a decisão deixar de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.

O Código de Processo Civil de 2015 considera, ainda, omissa a decisão que incorra em qualquer uma das condutas descritas no artigo 489, § 1º, no sentido de não se considerar fundamentada a decisão que: (i) se limita à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida; (ii) emprega conceitos jurídicos indeterminados; (iii) invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; (iv) não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; (v) invoca precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes, nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos; e (vi) deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

Sobreleva notar que o inciso IV do artigo 489 do mencionado estatuto processual civil impõe a necessidade de enfrentamento, pelo julgador, dos argumentos que possuam aptidão, em tese, para infirmar a fundamentação do julgado embargado. Esposando tal entendimento, o precedente da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL.

I - Trata-se de mandado de segurança impetrado contra ato praticado pela E. Quarta Turma desta Corte. Na decisão recorrida denegou-se a segurança.

II - Conforme entendimento pacífico desta Corte: "*O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas*

Superior Tribunal de Justiça

partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra Diva Malerbi (desembargadora Convocada TRF 3ª Região), Primeira Seção, julgado em 8/6/2016, DJe 15/6/2016)".

[...]

XII - Agravo interno improvido.

(AgInt no MS n. 24.320/DF, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/5/2019, DJe 23/5/2019).

No caso, as decisões embargadas enfrentaram coerentemente as questões postas a julgamento, no que foi pertinente e necessário, exibindo fundamentação clara e suficiente, razão pela qual não merecem reparo algum, conforme se depreende de seus fundamentos, a seguir transcritos:

[...]

No recurso especial, fundado no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, a parte recorrente aponta violação aos artigos 7º, 369, 473, IV, § 1º, 479, 480 e 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015; e 12, § 3º, II e III, da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Aduz que, a despeito da oposição dos embargos de declaração, o Colegiado local deixou de se manifestar acerca do "[...] *pedido de nulidade da perícia, em razão da violação aos arts. 7º, 369, 473, IV, § 1º, 479 e 480 do CPC/15 [...]*", e "[...] *quanto à regra do art. 12, § 1º, II e III, do CDC, o qual estabelece que o fabricante não será responsabilizado quando provar que o defeito no produto não existe e que a culpa exclusiva pelo evento danoso foi de terceiros [...]*", bem como afirma a existência de contradição, tendo em vista que "[...] *'o laudo pericial se manifestou claramente acerca dos elementos indicados no inconformismo, deixando, apenas, de estabelecer relação entre eles e a origem do fato' e, ao mesmo tempo, consignar 'não havendo que se falar em nova prova pericial' [...]*" (e-STJ fls. 798/799).

Alega que a recorrente "[...] *deixou evidente que o laudo pericial foi produzido de forma enviesada e não respondeu, de forma conclusiva,*

Superior Tribunal de Justiça

todos quesitos formulados pelas partes [...]" (e-STJ fl. 803).

Argumenta que "[...] o laudo pericial deixou de mencionar que uma caixa de fósforos foi encontrada ao lado do veículo que entrou em suposta combustão, como fora constatado pela Polícia Civil [...]", além do fato que "[...] havia um pano, encharcado de gasolina, no interior do veículo, que [...] é movido exclusivamente à diesel [...]" (e-STJ fl. 804).

Assevera que "[...] não foi garantido à Toyota a paridade de tratamento e o pleno exercício de seu direito de defesa [...]", apesar de ter "[...] sido apontada a incongruência técnica no laudo pericial [...]" (e-STJ fl. 804).

Assinala que "[...] o laudo deixou de estabelecer relação entre os fatos e o acidente ocorrido, como expressamente consignado no acórdão recorrido [...]" (e-STJ fl. 805).

Aponta, ainda, que "[...] indícios levam, obviamente, à conclusão de que o incêndio decorre da conduta de terceiros [...]" (e-STJ fl. 808).

Com contrarrazões (e-STJ fls. 857/870).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

*Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 9.3.2016 – Enunciado Administrativo n. 3 –, o regime de recurso será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.*

Assiste razão à recorrente.

De início, o Colegiado local assim se manifestou nos embargos de declaração opostos pela recorrente (e-STJ fls. 784/789):

[...]

Como se sabe, os embargos de declaração constituem recurso de âmbito discursivo restrito à expurgação de erro material, omissão, obscuridade ou contradição na decisão, conforme artigos 1.022 e 1.023 do CPC/15.

A despeito da alteração da norma de regência, o espírito dos embargos de declaração ainda permanece o mesmo que se verificava na sistemática anterior, vale dizer, não se trata de remédio processual destinado à reapreciação das questões controvertidas, mascaradas sob a pecha de suposta omissão, obscuridade ou contradição ou erro material.

Os embargos de declaração constituem, a toda evidência, o recurso mais historicamente deturpado e desvirtuado do seu verdadeiro propósito processual pelos advogados, que sempre

encontram uma maneira de correlacionar o pronunciamento desfavorável ao interesse de seu constituinte, puro e simples, com uma das hipóteses acima indicadas.

Impõe-se, destarte; breve incursão sobre os aspectos conceituais de cada uma delas. De início, com relação à contradição que estaria a impor o acolhimento, de se esclarecer que trata da hipótese de inconsistência entre as premissas lógicas internas do próprio decisório.

A contradição hipoteticamente imaginada, tal como atualmente prevista no artigo 1.022, inciso I, do CPC/15, não é pois, entre a decisão e a prova dos autos; não é entre a decisão e regra que o embargante julga mais aplicável ou mais jurídica ao caso; não é entre a decisão e a jurisprudência que eventualmente venha em socorro da tese sustentada pelo embargante, enfim, não é entre a decisão e o interesse defendido pelo recorrente, assim considerado de uma forma ampla - prova, regra ou jurisprudência.

Nesse cenário, ainda que a premissa legal adotada esteja juridicamente incorreta (questão de índole eminentemente interpretativa e que portanto careceria de nova valoração), ou que a premissa fática resulte de interpretação ineficiente/ruim da prova dos autos (também questão de natureza interpretativa), tais hipóteses refletiriam eventual *error in judicando*, hipótese discursiva não comportada na restrita sede dos embargos declaratórios.

Nesse sentido:

[...]

De semelhante forma, pertinente à omissão, justificadora do acolhimento dos embargos, não é aquela decorrente da inobservância de prova, regra ou jurisprudência tendentes à concretização do interesse do embargante, mas sim aquela que decorre da sonegação de parte ou todo da prestação jurisdicional vindicada ao julgador competente.

Nesse quadrante, o CPC/15 trouxe inovação ao consignar que a omissão também se verifica quando incorre o julgador em quaisquer das condutas estampadas no seu artigo 489, § 1º, trazendo exigências quanto à fundamentação exposta, senão vejamos:

[...]

Nesse quadrante, de ver que o legislador visou minimizar a ocorrência da chamada jurisprudência defensiva, conceito

associado à hipótese onde o julgador empregava fundamentação genérica e por vezes até desconexa dos aspectos controvertidos para justificar suas conclusões, não cuidando de fazer uma correlação direta e objetiva com os fatos da causa.

Trata-se de inovação processual elogiável a toda evidência, evitando que sejam as demandas encerradas sem justificativas suficientes - de ordem racional, lógica e principalmente fática, mas que deve ser minimamente interpretada, porquanto a exigência de pressupostos mínimos da fundamentação não pode corresponder a um esforço abstrato sobrehumano do julgador para demonstrar as razões do seu convencimento.

A uma porque, por tratar a função jurisdicional diretamente com interesses subjetivos em litígio, é bastante evidente que a parte derrotada na lide jamais estará plena ou mesmo minimamente satisfeita com as razões de decidir lançadas em seu desfavor, existindo aí um evidente inconformismo natural com tudo que nós é desfavorável.

A duas porque, a se entender de forma diversa, exigindo do julgador o completo exaurimento de absolutamente todas as proposições suscitadas pelos sujeitos do processo, e mais, impondo também que explicita não apenas porque aplica uma determinada norma, mas também porque deixa de aplicar outras, transformar-se-ia a jurisdição numa função destinada mais ao desenvolvimento de teses jurídicas que propriamente à solução de conflitos intersubjetivos, não sendo este o objetivo do Novo Código de Processo Civil, por óbvio.

Ainda inserto no contexto, chama-nos a atenção o disposto no inciso IV acima ementado, donde se considera não fundamentada a decisão que *"não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;"*

Ora, não enfrentar todos os argumentos deduzidos, capazes de, em tese, desconstruir a conclusão alcançada, é diferente de enfrentar toda e qualquer argumentação aduzida pelas partes; destarte, o julgador está sim compelido a enfrentar os argumentos, mas desde que possam vir a modificar seu entendimento, afigurando-se possível desprezar aqueles que nem mesmo abstratamente têm ou teriam qualquer influxo sobre seu convencimento, sem que isso viole o disposto na regra em tela.

E quem realiza este juízo de valor, por óbvio, é o próprio julgador, e não a parte embargante. Assim é que, confrontado com argumento que pode vir a derruir sua conclusão, deverá enfrentá-lo. Do contrário, não há omissão sanável.

É dizer que a parte embargante não tem o poder processual de escolher qual argumento supostamente não enfrentado poderia, em tese, mudar o que foi decidido; ora, se o convencimento motivado é o do julgador, é evidente que somente ele pode valorar se o argumento omitido possui ou não aptidão em abstrato para desconstruir uma primeira conclusão alcançada.

No ponto, de se consignar que no âmbito deste TJMG foram aprovados em Sessão Plenária realizada no dia 26 de fevereiro de 2016, pelos magistrados que integraram os Grupos de Trabalhos do Fórum de Debates e Enunciados sobre o Novo Código de Processo Civil, os Enunciados sobre o CPC/15, destacando-se o de nº 7, *verbis*:

[...]

Já há jurisprudência do c. STJ sustentando a subsistência do princípio da persuasão racional ou livre convencimento motivado no CPC/15, nos termos em que ora consagramos, senão vejamos:

[...]

Em remate, pertinente ao § 2º do artigo 489 do CPC/15, se não há indicação de conflito (antinomia) entre regras aplicáveis ao caso, mas apenas que existe uma mais favorável ao interesse da parte, torna-se dispensável demonstração de preferência condicionada aludida pelo dispositivo como exigência formal de fundamentação.

Postas tais premissas e, transportadas ao caso vertido, constato as alegações expendidas pelo(a)s ora embargante(s) não se afinam com nenhuma das hipóteses declinadas, amoldando-se mais à pretensão de revisão e modificação do que foi decidido, ou pretensão de nova interpretação dos fatos e do direito incidente, o que não se afigura possível nesta restrita sede recursal, tal como se sucedia na sistemática do recurso previsto no artigo 535 do CPC/73.

Quanto ao pré-questionamento da matéria, sabe-se que a mera interposição dos embargos já possui o condão de esgotar a instância para fins de admissão dos recursos às instâncias superiores, sendo desnecessário o acolhimento ou a expressa menção aos dispositivos constitucionais ou legais tidos por

violados.

[...]

Observo que o Tribunal de origem não se pronunciou nos embargos de declaração opostos sobre aspectos essenciais para o deslinde da controvérsia atinentes ao "[...] pedido de nulidade da perícia, em razão da violação aos arts. 7º, 369, 473, IV, § 1º, 479 e 480 do CPC/15 [...]"; "[...] quanto à regra do art. 12, § 1º, II e III, do CDC, o qual estabelece que o fabricante não será responsabilizado quando provar que o defeito no produto não existe e que a culpa exclusiva pelo evento danoso foi de terceiros [...]"; e, ainda, à existência de contradição, tendo em vista que "[...] 'o laudo pericial se manifestou claramente acerca dos elementos indicados no inconformismo, deixando, apenas, de estabelecer relação entre eles e a origem do fato' e, ao mesmo tempo, consignar 'não havendo que se falar em nova prova pericial' [...]" (e-STJ fl. 742).

Dessa forma, entendo que não houve a apreciação do tema devolvido nos embargos de declaração, quanto aos pontos supracitados.

Cabe ressaltar que, nesses casos, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça preconiza o retorno dos autos ao Colegiado estadual para novo exame dos embargos de declaração.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA QUE SE PRONUNCIE SOBRE AS QUESTÕES ESSENCIAIS AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. INOVAÇÃO RECURSAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme dispõe o art. 535, I e II, do CPC.

2. O Tribunal *a quo*, a despeito da oposição de embargos declaratórios, deixou de emitir juízo de valor especificamente sobre questão federal suscitada nos autos e relevante para o deslinde da controvérsia. Necessária a anulação do acórdão dos embargos de declaração, para que outro seja proferido, com expresse julgamento da questão assinalada. Ausência de

inovação recursal.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp n. 782.987/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 26/2/2016).

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015 CONFIGURADA. ACÓRDÃO ESTADUAL OMISSO QUANTO A PONTO ESSENCIAL AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Decisão atacada que deu provimento ao recurso especial da parte ora agravada para, reconhecendo violação ao art. 1.022 do CPC/2015, anular o acórdão que julgou os aclaratórios e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para novo julgamento dos embargos de declaração, como entender de direito, sanando a omissão reconhecida.

2. Fica configurada a ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o Tribunal *a quo*, apesar de devidamente provocado nos embargos de declaração, não se manifesta sobre tema essencial ao deslinde da controvérsia.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp n. 1.754.832/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 28/3/2019, DJe 11/4/2019).

Desse modo, a análise das demais teses aventadas no recurso especial fica, portanto, prejudicada.

Em face do exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos para novo exame dos embargos declaratórios, devendo o Tribunal de origem deliberar sobre a omissão e contradição apontadas.

[...] (e-STJ fls. 979/985).

[...]

No recurso especial, fundado no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, a parte recorrente aponta violação aos artigos 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015.

Aduz ter havido omissões e ausência de fundamentação na decisão recorrida, relativamente a questões relevantes para o deslinde da

causa.

Alega, em síntese, que o Tribunal de origem proferiu decisão *ultra petita*, pois "[...] o pedido de dano moral foi de tão somente R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) [...] enquanto o acórdão prolatado pelo douto Juízo a quo arbitrou a condenação por danos morais no montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) [...]" (e-STJ fl. 843).

Com contrarrazões (e-STJ fls. 857/870).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 9.3.2016 – Enunciado Administrativo n. 3 –, o regime de recurso será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Com efeito, tendo em vista a decisão de mérito que proferi de forma simultânea no recurso interposto por Toyota do Brasil Ltda. (e-STJ fls. 793/809), ao qual dei provimento para anular o acórdão proferido em sede de embargos de declaração e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para novo julgamento, imperioso concluir que o recurso ora em análise encontra-se prejudicado.

Nesses termos:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA. REMIÇÃO. DEPÓSITO REPUTADO INSUFICIENTE. — COMPLEMENTAÇÃO. OMISSÃO CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. RECURSO PREJUDICADO.

1. Tendo em vista o provimento do agravo interno interposto pela assistente litisconsorcial, para dar provimento ao recurso especial em razão da reconhecida violação do art. 535 do CPC/1973, com determinação de retorno dos autos à origem para análise do vício suscitado a respeito da complementação oportuna da diferença da remição, ficou prejudicado o presente recurso.

2. Agravo interno julgado prejudicado.

(AgInt nos EDcl no REsp n. 1.483.664/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 6/11/2018, DJe 12/11/2018).

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ART. 535, I e II, DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. EXISTÊNCIA.

Superior Tribunal de Justiça

1. Configurada a violação do art. 535 do Código de Processo Civil/1973, faz-se necessária a declaração de nulidade do acórdão que apreciou os declaratórios, para que os vícios sejam sanados pelo Tribunal de origem.

2. Hipótese em que se impõe o retorno dos autos à Corte *a quo* para que reaprecie os embargos de declaração e sane o vício de integração identificado.

3. Agravo interno do particular provido. Agravo interno do Estado de Pernambuco prejudicado.

(AgInt no REsp n. 1.640.594/PE, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Rel. p/ Acórdão Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 28/11/2018).

Em face do exposto, julgo o presente agravo em recurso especial prejudicado.

[...] (e-STJ fls. 975/977).

Ademais, constatada apenas a discordância das embargantes com o deslinde da controvérsia, não ficou demonstrada efetiva contradição a ensejar a integração do julgado, porquanto as fundamentações adotadas nas decisões embargadas são claras e suficientes para respaldarem as conclusões alcançadas, pelo que ausente pressuposto a ensejar a oposição dos presentes embargos.

Desse modo, totalmente destituída de pertinência mencionada formulação, uma vez que não se ajusta aos estritos limites de atuação dos embargos, os quais se destinam, exclusivamente, à correção de eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material do julgado.

Conclui-se, portanto, que a pretensão da parte embargante é unicamente o rejugamento da causa, finalidade à qual não se presta a via eleita. Nesse sentido, o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. MERO INTUITO DE REJULGAMENTO DA LIDE. AUSÊNCIA DA OMISSÃO QUE ENSEJARIA A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INTEGRATIVO. EMBARGOS REJEITADOS.

Superior Tribunal de Justiça

1. Os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual existência de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas no acórdão embargado, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

2. Não há que se confundir decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional, nem fundamentação sucinta com ausência de fundamentação. Precedentes.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.213.226/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, CORTE ESPECIAL, julgado em 24/10/2016, DJe 22/11/2016).

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília, DF, 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora